

**Impresso  
Especial**

9912290136/2012-DR/PR  
IPARDES

.....CORREIOS.....

# Análise Conjuntural

## IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.34, n.9-10, setembro/outubro 2012

### sumário

- 3 LÓGICA, BENEFÍCIOS E INSUFICIÊNCIA DA REDUÇÃO DOS JUROS  
Gilmar Mendes Lourenço
- 7 O CRESCIMENTO DO EMPREGO INDUSTRIAL DO PARANÁ  
Francisco José Gouveia de Castro
- 9 ARRECADAÇÃO FEDERAL CADENTE  
Guilherme Amorim
- 12 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS  
Guilherme Amorim  
Cassiano Corrêa de Oliveira
- 15 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

GILMAR MENDES LOURENÇO

*Diretor-Presidente*

EMILIO KENJI SHIBATA

*Diretor Administrativo-Financeiro*

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

*Diretor do Centro de Pesquisa*

DANIEL NOJIMA

*Diretor do Centro Estadual de Estatística*

**ANÁLISE CONJUNTURAL**

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO (*Editor*)

**Equipe**

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

CASSIANO CORRÊA DE OLIVEIRA (*Estagiário de Economia*)

**EDITORIAÇÃO**

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

LÉIA RACHEL CASTELLAR (*editoração eletrônica*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

# LÓGICA, BENEFÍCIOS E INSUFICIÊNCIA DA REDUÇÃO DOS JUROS

Gilmar Mendes Lourenço\*

No encontro de 10 de outubro de 2012, o Comitê de Política Monetária (COPOM), do Banco Central (BC), deliberou, de maneira dividida, a redução da taxa Selic para 7,25% ao ano, o menor nível da história, depois de dez cortes seguidos. Um exame do comunicado e da ata produzidos por aquela instância de deliberação permite inferir o aceno de interrupção da fase cadente da taxa básica de juros brasileira, ou ao menos de obediência ou vigilância a uma condução guiada por "máxima parcimônia", que propiciaria o estreitamento das margens para futuras diminuições.

Ao mesmo tempo, o Relatório de Inflação, preparado pela autoridade monetária para o terceiro trimestre de 2012, não deixa qualquer dúvida quanto à manutenção dos juros em patamares reduzidos, motivada pela fraca performance da economia, explicada pela conjugação entre timidez dos investimentos, limites à expansão movida pelo consumo das famílias e modesto poder de fogo do arsenal de benefícios anticíclicos. Em outros termos, a intenção de promover a convergência da inflação para a meta, de forma não linear, poderá ensejar o uso de mecanismos macroprudenciais diferentes dos juros para o bloqueio de uma inesperada ativação da espiral de preços.

Recorde-se que a surpreendente guinada na orientação da entidade monetária teve início na reunião de 31 de agosto de 2011, quando a Selic situava-se em 12,5% a.a., taxa que foi definida na reunião do comitê do mês de junho daquele ano, ocasião em que optou-se pela elevação de 0,25 ponto percentual (p.p.).

É necessário sublinhar que os desdobramentos da ferrenha manutenção de uma rota declinante na fixação dos juros primários, por parte da autoridade monetária, praticamente sepultaram a premissa conservadora, predominante nos meios financeiros, centrada na correlação direta entre flexibilização monetária e perturbações econômicas secundárias provocadas pelo reaparecimento de pressões e surtos inflacionários de curto prazo.

Por certo, sobrou ao BC "lucidez e competência" para, em contraposição à conservadora liturgia dos mercados, reforçada pelos oligopólios dos meios encarregados da formação de opinião especializada, apostar no prolongamento e agravamento da anemia externa, principalmente nas economias mais débeis e com maior risco de crédito da eurozona, e posteriormente na Argentina, e em suas repercussões desinflacionárias e de excessiva liquidez, por tempo esticado, em escala planetária.

A propósito do acerto do BC, a coordenação editorial da qualificada e consagrada revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), veio a público reconhecer, com a absoluta honestidade intelectual enraizada naquela instituição, que os responsáveis pela principal coluna da publicação "embarcaram na onda de críticas, e colocaram-se contra o corte da Selic de agosto do ano passado"<sup>1</sup>. Diga-se de passagem que parcela razoável da academia compreendeu e defendeu, de pronto, a inclinação ao afrouxamento monetário manifestada pelo COPOM.<sup>2</sup>

A confirmação da prorrogação do segundo tempo da crise internacional, iniciada em 2007-2008 nos Estados Unidos (EUA), cujo ápice foi alcançado com a quebra do banco norte-americano Lehman Brothers, em setembro de 2008, também contribuiu para a não observância dos efeitos ou forças colaterais normalmente associadas à preservação de uma curva de diminuição dos juros, especialmente quando esta tende a furar os pisos inéditos.

Ao contrário, o aprofundamento da recessão global, da qual ainda estariam livres algumas poucas nações emergentes, engendrou a feitura de testes de compressão dos rendimentos dos ativos de primeira linha no Brasil, que desceram a 1,7% a.a. reais no começo de outubro de 2012, retirando, já há alguns meses, o País da incômoda primeira posição no ranking internacional e derrubando a tradição de resistência ao encolhimento dos juros, em tempos de transição de um ciclo de alta para outro de baixa da atividade econômica, quando a presença de focos inflacionários justificaria políticas monetárias ativas.

\* Economista, diretor-presidente do IPARDES.  
<sup>1</sup> PESSOA, Samuel. Já não parece haver dúvida: BC acertou em agosto de 2011. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, v.66, n. 08, p. 10-11, ago. 2012.  
<sup>2</sup> LOURENÇO, Gilmar Mendes. A sabedoria do Banco Central. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 set. 2011. Opinião, p.2.

Nessas circunstâncias, em uma fase de prática de custo negativo do preço do dinheiro por parte dos bancos centrais dos países desenvolvidos, o BC brasileiro aproveitou para conjugar a busca de convergência entre juros do País e os mundiais, a contenção da enxurrada de capitais especulativos, preservando sua atração – essencial para o fechamento do balanço de pagamentos – e a perseguição de uma flutuação cambial na direção da desvalorização do real até uma cotação teto próxima de R\$ 2,05 por dólar.

Assim, de modo gradativo, o BC passou a promover a descida dos juros reais da liderança no sistema mundial em agosto de 2011 (6,6% a.a.) para o quarto posto em outubro de 2012, atrás da China (3,9% a.a.), Chile (2,3% a.a.) e Austrália (2,0% a.a.), o que oportunizou a diminuição dos ganhos sem risco com as operações de arbitragem – baseadas no apreciável diferencial entre as taxas de juros domésticas, *vis-à-vis* as externas, que transformaram a variável cambial de preço relativo em ativo financeiro – e uma espécie de abrandamento efetivo do sistema de metas de inflação – permitindo até o rompimento do teto de 6,5% em doze meses, ainda no primeiro semestre de 2012, fenômeno revertido até o final do exercício –, e de observações mais acuradas sobre os sinais emitidos pelos níveis de atividade.

Contudo, a atitude do BC é de cautela, ficando no aguardo dos resultados acumulados e atrasados do conjunto de providências injetado pelo governo federal, há mais de um ano, voltados à revitalização da atividade econômica, que abarcou, além dos estímulos de natureza creditícia, a parafernália de pacotes de desoneração fiscal a granel, amparados no imposto sobre produtos industrializados (IPI).

Cabe esclarecer que o desconto do IPI foi prorrogado até 31 de dezembro de 2012, para veículos, eletrodomésticos de linha branca, móveis, painéis de madeira e laminados. Houve também a extensão, até o final de 2013, da renúncia fiscal do IPI para os materiais de construção, em reconhecimento ao período temporal mais alongado de realização das obras.

---

*Mesmo se distanciando do fundo do poço, o funcionamento da economia brasileira ainda está bastante aquém do PIB potencial*

---

Mesmo se distanciando do fundo do poço, a economia do País ainda encontra-se bastante aquém do chamado produto interno bruto (PIB) potencial (expansão duradoura desprovida de pressões inflacionárias no longo prazo), vivendo um estágio de desova de estoques e elevação das margens de ociosidade do capital fixo. Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao final de agosto de 2012, 91,0% das empresas já estariam avaliando o nível de seus estoques como normais.

De fato, as estatísticas correntes ainda não conseguem captar, de maneira mais encorpada, os reflexos da natureza virtuosa da orientação monetária no ambiente de negócios, em face da compressão dos investimentos e da estagnação do consumo, fruto, respectivamente, das incertezas empresariais quanto ao comportamento dos mercados na fronteira externa e doméstica, do alcance do ponto de saturação das aquisições movidas a crédito (bens duráveis de consumo) e da exaustão da capacidade de endividamento primário e da subida da inadimplência dos consumidores.

Aliás, esta última restrição vem sendo abrandada pelas condições de aquecimento do mercado de ocupações, marcadas sobretudo pelo acréscimo líquido dos postos de trabalho com carteira assinada (embora puxado pelos ramos de menor padrão como comércio e serviços) e dos salários reais, fortemente influenciados pela indexação do mínimo, e suplantando, em não poucos segmentos, os ganhos de produtividade microeconômicos, aspecto comprovado pela impulsão das vendas reais do comércio de varejo.

Depois de crescer apenas 0,2% e 0,3% em junho e julho, a produção industrial aumentou 1,5% em agosto e decresceu -1,0% em setembro de 2012, em relação ao mês anterior, fenômeno indicativo de retomada ainda duvidosa. Convém atentar para o encolhimento de -3,5% entre janeiro e setembro, reflexo da depressão generalizada das vendas externas e do aumento da concorrência e penetração de produtos de procedência estrangeira (sobretudo

insumos e bens de capital) no mercado doméstico, em substituição à oferta interna, em função do ambiente de contração dos preços, ligado à acumulação de estoques no plano global, fenômeno abrandado pelo recente curso de depreciação do real. Sem contar as barreiras estruturais erguidas à operação das plantas industriais, retratadas na precariedade infraestrutural e na elevada carga de tributos e de burocracia.

Outra restrição compreende a premência em reforçar o exercício de coordenação de expectativas imposta pelo escape da inflação, mensurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 4,5%. As projeções têm sinalizado variação média de preços próxima de 5,5% em doze meses, determinada, em grande proporção, pelo choque de oferta de *commodities* agrícolas atrelado à maior estiagem em quatro décadas nos EUA, o que remete à necessidade de uma orientação fiscal mais rigorosa da política macroeconômica.

Ao mesmo tempo, convém recordar que a retração perene e consistente da Selic deve ensejar rearrumações nas carteiras de transações, beneficiando as decisões de produção e de investimento, via compressão dos custos financeiros, em detrimento das aplicações em bônus de curto prazo, responsáveis pela rolagem de parcela expressiva do passivo líquido do setor público, cuja remuneração real já estaria quase nula, depois de descontada a carga tributária incidente sobre os rendimentos.

---

*Os menores ganhos não operacionais, ao lado da impulsão das taxas de retorno dos projetos produtivos, deve induzir investimentos ligados à competitividade e inovação*

---

Ademais, a menor propensão à multiplicação dos ganhos não operacionais aliada à impulsão das taxas de retorno dos empreendimentos nos departamentos de produção de longa maturação deve induzir as preferências de investimentos que contemplem os elementos mais nobres das linhas ou cadeias de valor, particularmente ligados à competitividade e inovação.

Convém acrescentar que a diminuição da Selic, em um contexto de controle da inflação em patamares reduzidos para os padrões brasileiros, representa somente o primeiro passo na direção da construção dos alicerces para a retomada do crescimento econômico em bases duradouras, recheada de picos e com participação reduzida de vales.

Mais que isso, os consistentes progressos na área de juros, de supressão das tensões oriundas dos preços e de alcance de taxas de desemprego em níveis recordes de baixa – mesmo com a flagrante perda de qualidade na geração de postos, atestada pela migração setorial da indústria para os serviços (maior absorvedor de mão de obra, por unidade de capital investido, com menor remuneração) –, ainda que incitem a demanda agregada de modo efêmero, servem apenas para desnudar as disfunções estruturais à expansão da oferta potencial do País.

Vale assinalar a participação nos avanços, do autêntico arsenal de deduções fiscais, transitórias e artificiais, dos financiamentos subsidiados via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e da impulsão dos dispêndios públicos correntes, que representam uma aposta cega na tendência de incremento do endividamento do governo e das famílias.

Em outros termos, a ausência de percepção dos agentes quanto à existência de firme disposição oficial na busca de uma sintonia fina na adequação das variáveis de crescimento da gestão econômica, como clima regulatório, infraestrutura, eficiência pública, burocracia, tributos, câmbio, educação e capital humano, inovação e produtividade, tem o poder de manter e até multiplicar as apreensões e, conseqüentemente, comprometer as decisões privadas em relação ao futuro mais distante.

Ressalte-se que as preferências subjacentes à lógica empresarial também estão inseridas em um regime que prioriza o imediato, ao serem pautadas pela válvula de redução de custos, por intermédio das importações, e pela obtenção de ganhos de tesouraria, proporcionados pelo hiato de juros, sem levar em conta os requerimentos de redefinição de estratégias frente às

aceleradas modificações em curso nos padrões de concorrência prevalentes nos respectivos mercados de operação.

Em simultâneo, emerge a influência nada desprezível das rápidas transformações observadas no perfil demográfico da população brasileira, caracterizada pela pronunciada queda das taxas de fecundidade e incremento na expectativa de vida, o que permite projetar cenários de menor oferta de mão de obra e maiores dispêndios com saúde e seguridade social.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a faixa etária entre 18 e 24 anos declinou de 23,9 para 21,9 milhões de pessoas entre 2005 e 2010. Estimativas do IBGE também indicam que enquanto o grupo de população com menos de 15 anos caiu de 42,0% para 24,1% do total entre 1970 e 2010, a categoria dos acima de 65 anos passou de 3,2% para 7,4% em igual período.

Logo, é urgente a busca do barateamento das despesas de capital no Brasil, dependente da instituição de avanços de base como a contração dos depósitos compulsórios e do fardo tributário incidente sobre as operações financeiras. Apesar da flexibilização empreendida pelo BC desde o final de 2011, devolvendo mais de R\$ 100,0 bilhões em disponibilidade de crédito, e incitando a aquisição de papéis emitidos por entidades financeiras menores, os recolhimentos compulsórios continuam elevados, sendo 24,0% para os depósitos à vista e 44,0% nas captações a prazo dos bancos comerciais.

A irrigação de R\$ 30,0 bilhões verificada em setembro de 2012 pode ser vista como pouco expressiva, consequência da eliminação ou redução dos adicionais instituídos em 2002, na época do vendaval especulativo contra o real, motivado pelo risco produzido pelos mercados, em face da provável vitória de Lula no pleito presidencial, e das alterações das regras de cumprimento do compulsório principal.

É crucial também a introdução de uma nova geração de reformas estruturais, em complementação à desoneração da folha de salários de 40 ramos (5 em 2011, outros 10 em abril de 2012 e mais 25 a partir de janeiro de 2013), e a restauração da pauta de concessões. Até porque, em vez de optar, de forma arrojada, por uma abrangente modificação do complexo aparato de impostos brasileiro, rumo a uma diminuição eminentemente horizontal, o executivo federal vem se mostrando refém de segmentos específicos, com substancial capacidade de execução de pressão política junto à pasta da Fazenda e/ou aos *lobbies* no parlamento.

A troca da cobrança da alíquota de 20,0% da contribuição previdenciária, que encarece a contratação do fator trabalho, pelo recolhimento baseado no faturamento – sendo 1,0% para os beneficiários da indústria e 2,0% para os de serviços (exceto transporte aéreo, marítimo e fluvial, com taxa de 1,0%) –, busca aprofundar o processo de formalização das relações de trabalho e subordinar o montante da arrecadação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), derivada do grupo de segmentos selecionados – que representa apenas 11,3% do PIB, de acordo com a tabela de "recursos e usos de bens e serviços" do Sistema de Contas Nacionais (SCN), elaborado pelo IBGE –, diretamente ao ciclo de produção e transações. Cálculos oficiais revelam que a renúncia fiscal líquida será de R\$ 12,3 bilhões em 2013.

Dentre as prioridades emerge ainda a derrubada da indexação de contratos e tarifas, herança dos tempos de hiperinflação, a diminuição da cunha fiscal cobrada no consumo de energia elétrica e a simplificação das regras e cobrança do PIS/COFINS, em uma atmosfera de acentuação sem precedentes da concorrência capitalista em escala mundial.

# O CRESCIMENTO DO EMPREGO INDUSTRIAL DO PARANÁ

Francisco José Gouveia de Castro\*

As estatísticas conjunturais sobre o mercado de trabalho na indústria do Paraná têm se revelado bastante favoráveis e refletem a expectativa positiva dos empresários aqui estabelecidos, mesmo diante da atual crise internacional e seus reflexos negativos na indústria nacional. De fato, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego (PIMES), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor secundário estadual permanece, desde abril de 2011, no topo da lista das unidades da federação no quesito crescimento do pessoal ocupado assalariado, traduzido no acréscimo de 2,84% no período de janeiro a agosto de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior (tabela 1).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA GERAL – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - JANEIRO-AGOSTO DE 2012

BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VARIAÇÃO (%) <sup>(1)</sup>
Brasil	-1,36
Ceará	-2,84
Pernambuco	-0,57
Bahia	-2,56
Minas Gerais	1,02
Espírito Santo	-1,63
Rio de Janeiro	-0,60
São Paulo	-3,18
<b>Paraná</b>	<b>2,84</b>
Santa Catarina	-1,48
Rio Grande do Sul	-1,03

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

(1) Em comparação a janeiro-agosto de 2011.

Tal desempenho tem acompanhado o crescimento da produção industrial, que, até maio, apresentou uma série de doze meses consecutivos de alta, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), quando o indicador acumulado em 12 meses foi de 8,8%. Em junho e julho, a produção recuou 7,4% e 7,8% respectivamente, o que pode ser atribuído aos sinais recessivos da indústria nacional, mesmo após os estímulos fiscais e monetários concedidos pelo governo federal, atrelados à exacerbação das incertezas em relação à Europa.

Já em agosto tal situação se inverteu, sinalizando moderada recuperação da produção fabril estadual, derivada do crescimento da construção civil, da comercialização das *commodities* e do comércio varejista, além da interiorização do investimento do setor produtivo.

Mais precisamente, o diferencial favorável ao Paraná, na geração de emprego industrial, pode ser imputado à combinação da demanda ascendente por produtos alimentícios, a maior participação das *commodities* na pauta de exportação paranaense e o crescimento de outras atividades estabelecidas no interior do Estado. No acumulado do ano, os ramos que apresentaram desempenho positivo foram máquinas e aparelhos elétricos e eletrônicos (32,62%), têxtil (11,70%), minerais não metálicos (8,63%), metalurgia básica (8,63%), alimentos e bebidas (8,53%), produtos químicos (6,91%) e derivados de petróleo e álcool (5,90%) - tabela 2.

\* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

TABELA 2 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - JANEIRO-AGOSTO DE 2012

ATIVIDADE ECONÔMICA	VARIAÇÃO (%) <sup>(1)</sup>
Indústria geral	2,84
Indústria extrativa	-2,34
Indústria de transformação	2,88
Alimentos e bebidas	8,53
Fumo	0,77
Têxtil	11,07
Vestuário	-15,96
Calçados e couro	-7,63
Madeira	-3,83
Papel e gráfica	-2,96
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	5,90
Produtos químicos	6,91
Borracha e plástico	-1,65
Minerais não metálicos	8,63
Metalurgia básica	7,31
Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	-1,93
Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	-3,00
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	32,62
Fabricação de meios de transporte	4,25
Fabricação de outros produtos da indústria de transformação	0,22

FONTE: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

(1) Em comparação a janeiro-agosto de 2011.

Ademais, uma observação mais detalhada do crescimento do emprego industrial no Paraná, a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), permite perceber forte influência das atividades ligadas às cooperativas agroindustriais e aos Arranjos Produtivos Locais (APL) no interior do Estado, uma vez que 88,3% dos postos de trabalho industriais foram criados fora da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), entre janeiro e setembro de 2012.

Tanto é assim que, não por acaso, a fabricação de açúcar, confecção, fabricação de álcool, móveis, abate de suínos e aves, fabricação de medicamentos e fabricação de máquinas e aparelhos elétricos e eletrônicos foram os responsáveis pela geração de 64,8% das vagas no Estado, entre janeiro e setembro de 2012. Cabe citar a influência da fabricação de açúcar e produção de álcool e biocombustíveis na mesorregião noroeste paranaense, cuja atividade deriva da produção da cana-de-açúcar e que envolve considerável contingente de mão de obra vinculada às indústrias sucroalcooleiras.

Igualmente relevante, o abate de suínos e aves contribuiu para a satisfatória *performance* do emprego industrial no Paraná devido à maior demanda no mercado nacional e aumento das exportações, advindo da baixa oferta internacional e da maturação dos investimentos das cooperativas. Associado a isto, a moagem e fabricação de produtos alimentares para animais apresentou importante crescimento dos postos de trabalho, em grande parte nas regiões noroeste e oeste.

O desempenho positivo dos segmentos têxtil e de confecções advém da busca de maior especialização produtiva das empresas paranaenses, como reação à concorrência com os produtos importados de origem chinesa. A forte predominância na geração de postos de trabalho no setor pode ser atribuída também às ações dos APLs desenvolvidas nos municípios de Cianorte, Apucarana, Londrina, Maringá e Pérola, localidades que registraram significativos aumentos do pessoal ocupado no acumulado de janeiro a setembro de 2012.

Já a fabricação de produtos minerais não metálicos e de máquinas e aparelhos elétricos e eletrônicos vem crescendo concomitantemente ao setor de construção civil, cabendo destacar as operações da Toshiba Smartgrid (produção de sistemas de transmissão e distribuição), em Curitiba, e a fabricação de artefatos de concreto, em Araucária, Ponta Grossa, Londrina, Astorga, Mandaguaçu e Cascavel.

Diante desse quadro, parece razoável supor que o crescimento do emprego no interior do Estado está associado ao enfoque microeconômico das vantagens locais dos estabelecimentos industriais, decorrente do desenvolvimento das vocações regionais, da firme atuação das cooperativas agroindustriais, dos arranjos produtivos locais e da sinergia do poder público e privado na busca de uma agenda comum para o desenvolvimento regional.

No ano corrente, a arrecadação de impostos federais deve ser significativamente inferior àquela esperada pela Secretaria da Receita Federal no final do ano passado. A primeira projeção referente a 2012 estimava crescimento real entre 4,5% e 5,0% no montante tributado. Essa expectativa foi revisada para 1,5% de expansão sobre o resultado de 2011.

A frustração tributária reflete o baixo crescimento da economia, os cortes de alíquotas promovidos com o intuito de reanimá-la e a eliminação de cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre a comercialização de gasolina e óleo diesel. A desaceleração da demanda foi comprovada pela retração – acumulada no ano – de 2,89% na Formação Bruta de Capital Fixo, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo IBGE em 31 de agosto. A mesma pesquisa mostrou, pela ótica da oferta, que houve contrações anualizadas de 3,0% no setor agropecuário e de 4,0% na indústria de transformação. Os efeitos desse fenômeno foram percebidos na redução dos recursos auferidos através da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): 3,92% nos nove primeiros meses deste ano, comparando-se com o mesmo período de 2011. Nessa mesma rubrica, houve queda de 10,33% na tributação de empresas não financeiras.

O declínio na arrecadação dificulta o cumprimento da meta de superávit primário, de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB), declarada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e reduz o volume dos repasses da União a estados e municípios. A inexequibilidade do plano de superávit confirma-se com o crescimento dos gastos. Entre janeiro e setembro de 2012, as despesas foram 11,8% maiores que nesse intervalo do ano passado. As de custeio e capital sofreram variação de 16,8% e representaram 36,78% do gasto total. Desse modo, o superávit do governo central alcançou 1,68% do PIB. No mesmo período do ano passado, essa proporção era de 2,47%.

Uma manobra condenável nas contas, e cada vez mais notória, envolve a absorção de dividendos. A capitalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) gera movimentação de recursos que, através de especiosa contabilidade, não gera elevação do endividamento líquido. Isso ocorre porque a parcela majoritária dos empréstimos do banco foi destinada a empresas controladas pela União. Quando essas enviam dividendos ao Tesouro, insuflam o superávit primário.

Tal circuito mostra-se pouco hígido porque o Tesouro capta recursos pagando juros superiores aos cobrados nos empréstimos do BNDES. Além disso, enquanto os dividendos recolhidos são contabilizados como receita governamental, os empréstimos não são enquadrados como despesa. Desde 2009, R\$ 270 bilhões foram repassados ao banco dessa forma, sendo R\$ 40 bilhões ao longo de 2012. No outro sentido, o recolhimento de dividendos alcançou R\$ 19,7 bilhões nos primeiros nove meses deste ano, variação de 13,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Prevê-se que o volume total de dividendos amealhados pelo Tesouro aproxime-se de R\$ 29 bilhões no fim de 2012.

A utilização de um expediente inserido na LDO permite que os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sejam descontados das despesas governamentais, e eleva a possibilidade de que a meta seja alcançada. A utilização de tão conspícuo subterfúgio, entretanto, conspurca as contas do Tesouro e não comprova o comprometimento governamental com o rigor fiscal. Há circunstâncias que justificam o descumprimento da meta. A desbordante crise internacional gerou retraimento da demanda e deterioração dos termos de troca. O cenário de 2012 combinou recessão europeia, desaceleração chinesa, frágil crescimento nos Estados Unidos e Japão, e prepóstera política comercial da Argentina.

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Internamente, as culturas de verão foram severamente afetadas pela estiagem. O mais recente levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) mostrou que a safra 2011/ 2012, em comparação com a do ano anterior, registrou quedas na produção de arroz (14,8%), feijão (22,3%) e soja (11,9%). A primeira safra anual de milho colheu quantidade 3,1% inferior à de 2010/ 2011. Essa contração, associada à quebra da safra nos Estados Unidos, elevou a cotação dos grãos e desequilibrou a produção de aves e suínos.

O emprego desse instrumento contábil, ademais, é incapaz de influenciar positivamente as expectativas dos agentes econômicos sobre a consistência da política fiscal. Tem cabido à autoridade monetária a projeção realista de nível de atividade da economia e de desempenho fiscal. Em seu Relatório de Inflação de setembro, o Banco Central estimou crescimento de 1,6% do PIB nacional em 2012. Três semanas após o lançamento desse documento, foi divulgada a ata da mais recente reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM). Esse defende veementemente a importância do superávit primário na formação de expectativas sobre o comportamento da inflação e na modulação do crescimento das taxas de oferta e demanda. Segundo a ata, o COPOM trabalha com a perspectiva de que a mesma meta seja cumprida nos anos de 2013 e 2014. Concede, porém, que espera superávit primário de 2012 “em torno de 3,1% do PIB”.

Felizmente, a política de redução da dívida líquida do setor público (DLSP) mostra firmeza mesmo diante da queda na arrecadação. Nesse sentido, houve inegável contribuição da desvalorização cambial de 8,3% registrada até setembro. A DLSP tem diminuído desde 2002, quando representou 60,4% do PIB. O Banco Central estima que, no final de 2012, essa proporção atinja 35,1%.

O gerenciamento das contas estaduais e municipais também revela-se proceloso. Nos três trimestres encerrados em setembro, as transferências voluntárias do Tesouro somaram R\$ 10 bilhões, sendo 38% desse volume destinado aos estados e 62% aos municípios. No mesmo período do ano passado, R\$ 9,88 bilhões foram repassados. Esses são valores nominais, que não cobrem qualquer índice de inflação acumulada nos últimos doze meses. As transferências constitucionais demonstram um quadro mais preocupante, como consequência da supressão da CIDE. Nessa rubrica, em 2012, às Unidades da Federação e aos municípios serão enviados recursos 47,2% inferiores aos do ano passado.

A STN estima que, no ano corrente, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) transferirão valores 6% superiores aos de 2011. Desde 2004, a União distribui, ainda, o Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores, criado para compensar a queda na arrecadação provocada pela isenção de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a exportação, promovida pela Lei Complementar n.º 87, de 1996 (conhecida como Lei Kandir). O valor desse auxílio, contudo, não é corrigido desde 2009.

A arrecadação confrangida ressalta a importância do combate à sonegação. No ano passado, a Receita identificou montante sonegado 21,25% superior ao percebido em 2010. A eficiência da fiscalização está associada à expansão dos meios eletrônicos de fiscalização. Através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) os auditores têm acesso imediato à contabilidade empresarial. A sonegação de pessoas físicas, por sua vez, tem se tornado mais nítida através do cruzamento de informações disponíveis em bases de dados que reúnem declarações sobre atividades imobiliárias, serviços médicos e operações com cartão de crédito. O Fisco também decidiu combater a fraude tributária com elevação do valor das multas. Hodiernamente, elas atingem até 150% do valor do imposto devido.

Em setembro, a Receita decidiu notificar mais de meio milhão de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, que devem mais de R\$ 86 bilhões. Desse conjunto de devedores, mais de 441 mil são empresas tributadas no regime Simples e que devem R\$ 38,7 bilhões. Há também R\$ 5,3 bilhões a serem cobrados de empresas inseridas no Programa de Recuperação Fiscal (Refis da Crise), ativo desde 2009, que permitiu parcelamento de dívidas, com abatimento nas multas e menor taxa de juros. Os auditores também notificaram pessoas físicas com dívidas superiores a R\$ 10 milhões, um grupo de 317 sonegadores.

Em 2011, 26,35% das investigações da Receita identificaram potenciais violações da ordem tributária ou da legislação previdenciária. Entre dívidas cobradas e não reavidas e débitos ainda não executados, a Receita estima que há R\$ 1,065 trilhão de impostos federais que não foram quitados.

Em 2013, a situação fiscal de entes federativos tende a tornar-se muito mais complexa. A extinção da CIDE combinar-se-á com menor arrecadação de ICMS cobrado sobre a energia elétrica, como consequência da redução das tarifas. O maior risco ao equilíbrio das finanças estaduais reside no iminente fim do atual critério de rateio do FPE. Em fevereiro de 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a atual fórmula de repartição e permitiu que tivesse efeitos apenas até o final deste ano. Se, até lá, o Congresso Nacional não produzir norma substituta, os repasses do FPE deverão ser bloqueados a partir de janeiro.

As expectativas sobre a arrecadação federal em 2013 dependem do crescimento da economia, propelido por melhora do cenário externo e – principalmente – por investimentos incentivados pelas desonerações do ano corrente. Há pouca margem de manobra para novos cortes de tributos no próximo ano, após redução em tarifas de energia elétrica e contribuições previdenciárias. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) tem projeto de ampliar as medidas de desoneração a outras cadeias produtivas. A manutenção da política de abatimento de impostos no próximo ano exigiria, entretanto, o compromisso de conter a aceleração dos gastos, algo improvável.

Há espaço, contudo, para ajustes pontuais na malha de impostos. Um estudo promissor do Ministério da Fazenda e Receita Federal prevê a unificação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Suas alíquotas incidem sobre o faturamento das empresas – ao invés da racional incidência sobre o lucro – e, somadas, arrecadaram o equivalente a 4,8% do PIB em 2011. Avaliam-se alterações que simplifiquem o pagamento e impactos de redução progressiva nas alíquotas sobre o resultado fiscal do governo central.

Nesse contexto, a proposta orçamentária de 2013 formulada pela secretarias federais de orçamento e receita, e enviada ao Congresso, é exageradamente otimista. Prevê-se que a receita bruta, equivalente a 22,45% do PIB em 2010 e 23,92% em 2011, atinja 24,7% em 2012.

## AGROINDÚSTRIA

### Averama e BR Frango se unem para enfrentar a crise

A Averama, com sede em Umuarama, e a BR Frango, baseada em Santo Inácio, município do Norte Central Paranaense, irão se fundir para enfrentar a crise que afeta o mercado avícola após o aumento nos preços dos grãos. Os dois frigoríficos da Averama, em Umuarama e Rondon (cidades da Região Noroeste do Estado), abatem aproximadamente 150 mil frangos por dia. Desde a última semana de setembro, a empresa utiliza a planta da BR Frango, desativada até então.

A BR Frango tem como objetivo tornar-se uma das maiores processadoras de aves do Brasil, após investimento de R\$ 120 milhões para construir sua unidade em Santo Inácio, inaugurada em abril deste ano. Metade deste investimento foi financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As duas empresas estão no processo de *due diligence* (auditoria) e aguardam análise do BB Investimentos para consolidar a união.

LIMA, Mari e Freitas Jr., Gerson. Crise influencia fusão de empresas de aves no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 04 out. 2012. Empresas, p. B16.

### Cocari inaugura frigorífico em Mandaguari

Sediada em Mandaguari, no Norte Central Paranaense, a Cocari Cooperativa Agropecuária e Industrial inaugurou frigorífico com capacidade de abater, mensalmente, cerca de 70 mil aves. O início das operações nessa unidade está associado à construção de 22 novos aviários pelos produtores integrados.

O frigorífico ocupa estrutura de 32,5 mil metros quadrados em Mandaguari e demandou inversões de R\$ 115 milhões. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) financiaram 75% do investimento.

COM frigorífico, Cocari prevê faturamento acima de R\$ 1 bilhão. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 out. 2012. Agronegócio, p. 02.

### Cresce industrialização da Cooperativa Integrada

A Cooperativa Integrada investiu R\$ 15 milhões na construção de uma planta industrial para processamento de laranjas no município de Uraí, no Norte Pioneiro Paranaense. Os testes de operação começaram no final de outubro e estima-se que mais de 10.200 toneladas de frutas sejam processadas até o final do ano. A expectativa é de que essa unidade seja capaz de processar 81.600 toneladas em 2015.

O plantio de mudas iniciou-se em 2008 e, atualmente, há cerca de 2 mil hectares de laranjeiras entre 112 dos associados da cooperativa. A projeção de faturamento dessa operação, em 2013, é de R\$ 13 milhões. Planeja-se exportar parte da produção.

Na mesma região do Estado, no município de Andará, a Integrada constrói fábrica de processamento de milho, orçada em R\$ 50 milhões. Sediada em Londrina, na Região Norte Central, a Cooperativa Integrada reúne 6,7 mil produtores. No ano passado, seu faturamento superou R\$ 1,3 bilhão – entre 15% e 18% oriundos do ramo industrial.

LIMA, Mari. Integrada, do Paraná, estreia no mercado de suco de laranja. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 out. 2012. Empresas, p. B14.

\* Elaborado com informações disponíveis de 1.º/05/2012 a 30/06/2012.

\*\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\* Acadêmico de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário, estagiário do IPARDES.

# INDÚSTRIA

## Prati-Donaduzzi investirá R\$ 100 milhões em Toledo

A fabricante de remédios Prati-Donaduzzi construirá sua nova planta em Toledo, Região Oeste Paranaense. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará a expansão, e os recursos serão liberados de forma escalonada até 2014, ano estimado para o início das operações. A nova fábrica será capaz de produzir 6 bilhões de doses por ano.

O laboratório iniciou suas atividades no Paraná em 1993, produz 157 tipos de medicamentos e opera no limite de sua capacidade de produção. No ano de 2011, atingiu faturamento de R\$ 400 milhões e planeja alcançar R\$ 1,2 bilhão em 2016.

SCARAMUZZO, Mônica. Prati-Donaduzzi investirá R\$ 100 milhões em nova fábrica. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 set. 2012. Empresas, p.B10.

FÁBRICA de remédios investirá R\$ 100 milhões em Toledo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 set. 2012. p. 22.

---

## Furukawa ampliará produção em Curitiba

Estabelecida na Cidade Industrial de Curitiba desde 1977, a Furukawa Industrial investirá US\$ 20 milhões na expansão de sua linha de produção de fibra óptica. A companhia planeja ampliar sua capacidade instalada em 50% no biênio 2012-2013, para dois milhões de quilômetros de fibra óptica produzidos anualmente.

Recentemente, a empresa desenvolveu novo modelo de cabo, utilizado em redes de longa distância e prolongada vida útil. A Furukawa iniciará, também, a produção local de cabos denominados *Optical Fiber Ground Wire* (OPGW), destinados a companhias de distribuição de energia elétrica.

CAPOZOLI, Rosângela. Fabricante de cabo expande portfólio. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 set. 2012. Especial, p. F4.

NERY, Carmen. Sofisticação provoca a concentração dos negócios. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 set. 2012. Especial, p. F2.

---

## Pado investirá R\$ 25 milhões para alcançar novos mercados

A Pado, indústria de cadeados e fechaduras localizada em Cambé (Região Norte Central Paranaense), investirá R\$ 25 milhões em um plano de expansão de vendas para o exterior, com particular interesse nos mercados do Oriente Médio. O projeto será realizado com o suporte da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX).

Em 2012, a companhia expandiu a produção de cadeados, de 20 milhões para 30 milhões de unidades. Fundada em 1936, a Pado registrou receita de R\$ 210 milhões no ano passado.

CUNHA, Lillian. 'Vamos exportar para o Oriente Médio'. **O Estado de S. Paulo**, 1º out. 2012. Negócios, p. N2.

---

## Evonik construirá indústria em Castro

Empresa de capital alemão, a Evonik investirá R\$ 250 milhões na implantação de sua linha de produção no município de Castro, na Região Centro-Oriental. A companhia planeja fabricar um aminoácido utilizado como complemento à ração animal.

A fábrica será instalada na estrutura que a Cargill, multinacional estadunidense, possui na cidade. A Cargill também fornecerá a matéria-prima para a produção da Evonik.

FÁBRICA alemã investirá R\$ 250 milhões nos Campos Gerais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 out. 2012. p. 22.

---

## COMÉRCIO

### Emak inicia operações em Curitiba

Fabricante de máquinas para os setores agrícola, florestal e industrial, a Emak começa a executar seus planos de inserção no mercado brasileiro. A companhia italiana inaugurou recentemente um centro de distribuição em Curitiba. A produção será realizada, inicialmente, por uma indústria terceirizada. A Emak planeja comercializar, também, produtos advindos de plantas localizadas no exterior.

Estudos de viabilidade estão em curso para a construção de uma planta industrial própria, funcional em 2015. Controlada pela *holding* luxemburguesa Yama, a empresa registrou receita de 357 milhões de euros no ano passado.

FERREIRA, Carine. Italiana Emak abre subsidiária no país. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 set. 2012. Empresas, p. B14.

---

### Rede Panvel investirá R\$ 9 milhões em Curitiba

Em 2013, a rede de farmácias Panvel alocará R\$ 9 milhões na implantação de quinze novos estabelecimentos em Curitiba. A expansão faz parte de um plano de investimentos estimado em R\$ 220 milhões, a ser executado na Região Sul do País ao longo dos próximos cinco anos. Nesse período, a expectativa é de que a rede cresça, nesses três estados, de 300 para 500 lojas.

Originária do Rio Grande do Sul, a Panvel espera alcançar faturamento de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão em 2012.

RIOS, Cristina. Com mais 15 lojas, gaúcha Panvel dobrará presença no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 out. 2012. Economia, p. 03.

---

# ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011 <sup>(1)</sup>	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012 <sup>(1)</sup>	1 233	1 906	1 546	35 114	178 022	5 070	29 182	746 480	25 580

  

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011 <sup>(1)</sup>	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012 <sup>(1)</sup>	67 379	95 531	1 418	651 991	50 277 768	77 114	50 840	171 127	3 366

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA			conclusão
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888	
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746	
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500	
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794	
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627	
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242	
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	
2011 <sup>(1)</sup>	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	
2012 <sup>(1)</sup>	477 735	677 214	1 418	70 376	156 834	2 252	179 708	4 168 230	23 194	

  

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO			
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937	
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166	
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872	
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187	
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342	
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081	
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115	
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921	
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832	
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753	
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164	
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687	
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311	
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470	
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690	
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658	
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930	
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812	
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690	
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045	
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369	
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107	
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504	
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607	
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246	
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199	
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580	
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270	
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789	
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916	
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916	
2011 <sup>(1)</sup>	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381	
2012 <sup>(1)</sup>	3 016 097	16 583 503	5 498	4 459 075	10 939 818	2 453	776 499	2 107 248	2	

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2012

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Março	248 135	23 633	51 843
1998	854 517	236 358	193 435	Abril	218 169	22 487	43 411
1999	957 237	198 873	229 466	Maio	237 488	25 059	50 548
2000	1 041 412	181 113	235 315	Junho	233 006	23 759	46 637
2001	1 121 828	197 985	263 451	Julho	241 015	21 342	60 648
2002	1 235 681	219 350	333 951	Agosto	249 963	21 460	62 635
2003	1 344 398	219 774	359 139	Setembro	241 461	21 183	61 548
2004	1 557 656	276 808	340 645	Outubro	244 781	24 829	53 044
2005	1 788 481	308 947	367 765	Novembro	245 610	25 796	52 868
2006	1 856 538	316 897	390 394	Dezembro	253 704	28 070	55 340
2007	2 057 318	295 010	437 152	2012 <sup>(1)</sup>	1 512 483	136 591	330 474
2008	2 480 908	279 609	454 340	Janeiro	249 459	21 202	53 541
2009	2 489 061	282 220	509 156	Fevereiro	237 860	20 893	52 076
2010	2 725 634	338 599	531 514	Março	267 575	21 204	59 047
2011	2 868 973	279 585	629 586	Abril	240 526	22 690	51 005
Janeiro	228 175	21 329	45 270	Maio	278 161	25 691	58 869
Fevereiro	227 467	20 637	45 795	Junho	238 902	24 911	55 936

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2012

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011 <sup>(1)</sup>	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 955	38,21	385 059	2,21	17 394 272
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415
Abril	928 116	59,21	92 402	5,89	515 006	32,85	32 019	2,04	1 567 543
Maio	823 247	48,39	294 400	17,31	545 496	32,07	37 988	2,23	1 701 132
Junho	897 361	51,54	266 370	15,30	545 349	31,32	32 046	1,84	1 741 126
Julho	646 727	43,24	238 104	15,92	581 660	38,89	29 192	1,95	1 495 684
Agosto	817 671	44,84	290 316	15,92	670 794	36,79	44 571	2,44	1 823 353
Setembro	807 452	49,27	270 041	16,48	530 875	32,39	30 568	1,87	1 638 937
Outubro	595 757	42,69	161 819	11,59	597 689	42,82	40 412	2,90	1 395 677
Novembro	543 779	39,59	206 787	15,06	586 961	42,74	35 876	2,61	1 373 403
Dezembro	542 200	37,70	190 371	13,24	678 283	47,16	27 434	1,91	1 438 288
2012 <sup>(1)</sup>	6 576 103	49,26	1 483 758	11,11	5 037 153	37,73	253 406	1,90	13 350 421
Janeiro	505 985	44,82	137 019	12,14	466 352	41,31	19 497	1,73	1 128 853
Fevereiro	483 922	38,62	142 155	11,34	594 263	47,42	32 827	2,62	1 253 168
Março	725 431	49,94	138 024	9,50	563 315	38,78	25 912	1,78	1 452 682
Abril	813 746	56,05	75 665	5,21	532 918	36,71	29 385	2,02	1 451 715
Maio	1 078 955	53,42	266 792	13,21	628 786	31,13	45 217	2,24	2 019 751
Junho	742 085	48,26	163 679	10,64	609 311	39,62	22 702	1,48	1 537 777
Julho	795 870	53,32	180 331	12,08	492 178	32,97	24 339	1,63	1 492 718
Agosto	796 650	49,33	188 781	11,69	597 124	36,98	32 250	2,00	1 614 806
Setembro	633 459	45,28	191 312	13,68	552 905	39,52	21 277	1,52	1 398 952

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2012

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 760 737	20 154 548
2011 <sup>(1)</sup>	17 394 228	18 767 165	- 1 372 936	256 039 575	226 240 411	29 799 164
Janeiro	864 680	1 283 620	- 418 939	15 214 353	14 816 982	397 371
Fevereiro	1 027 035	1 175 349	- 148 314	16 732 470	15 538 563	1 193 907
Março	1 327 415	1 348 425	- 21 010	19 285 977	17 732 087	1 553 890
Abril	1 567 543	1 454 539	113 004	20 172 977	18 311 863	1 861 114
Maio	1 701 132	1 679 667	21 465	23 208 657	19 685 240	3 523 417
Junho	1 741 126	1 651 753	89 372	23 689 079	19 259 456	4 429 623
Julho	1 495 684	1 453 013	42 671	22 251 877	19 113 873	3 138 004
Agosto	1 823 353	1 879 676	- 56 323	26 158 507	22 270 078	3 888 429
Setembro	1 638 932	1 749 676	- 110 743	23 285 058	20 212 405	3 072 653
Outubro	1 395 671	1 662 983	- 267 312	22 139 953	19 781 728	2 358 225
Novembro	1 373 394	1 825 100	- 451 706	21 773 463	21 201 857	571 606
Dezembro	1 438 264	1 603 365	- 165 101	22 127 204	18 316 279	3 810 925
2012 <sup>(1)</sup>	13 350 421	14 403 176	- 1 052 755	180 596 221	164 871 790	15 724 431
Janeiro	1 128 853	1 776 026	- 647 173	16 141 225	17 443 611	- 1 302 386
Fevereiro	1 253 168	1 257 577	- 4 408	18 027 792	16 318 522	1 709 270
Março	1 452 682	1 606 747	- 154 065	20 910 732	18 889 706	2 021 027
Abril	1 451 715	1 579 782	- 128 068	19 556 298	18 685 180	881 118
Maio	2 019 751	1 771 670	248 051	23 214 807	20 258 409	2 956 397
Junho	1 537 777	1 528 052	9 725	19 352 834	18 548 261	804 573
Julho	1 492 718	1 532 774	- 40 056	21 003 237	18 130 355	2 872 882
Agosto	1 614 806	1 859 298	- 244 493	22 380 911	19 155 320	3 225 591
Setembro	1 398 952	1 491 220	- 92 268	19 998 383	17 442 425	2 555 958

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2012

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11
Combustíveis e lubrificantes	91,72	94,09	110,19	117,46	121,97	119,36	99,75	102,36	104,67	103,54	104,07	100,00	99,43	94,96	104,41	91,88	96,79
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,90	77,08	72,65	70,22	78,27	72,79	77,22	82,30	85,45	89,23	94,33	100,00	93,75	88,16	96,27	105,63	91,08
Hipermercados e supermercados	79,06	77,72	73,50	71,10	79,28	73,12	77,47	82,60	85,62	89,44	94,36	100,00	93,87	88,08	96,32	105,68	90,91
Tecidos, vestuário e calçados	89,69	90,65	79,79	83,26	89,41	90,21	88,90	93,49	97,72	97,10	101,79	100,00	91,40	77,75	88,09	100,01	107,39
Móveis e eletrodomésticos	37,29	35,60	35,03	37,40	48,40	54,75	59,50	66,90	73,49	73,79	85,56	100,00	99,65	84,06	86,75	85,16	108,03
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	...	41,47	45,67	48,52	51,25	58,33	71,99	85,86	100,00	87,47	84,54	95,66	90,04	98,32
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	...	70,67	70,65	68,04	70,93	80,57	88,49	102,23	100,00	128,02	137,31	109,44	98,00	110,59
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	...	6,36	11,30	17,12	21,99	43,75	69,67	95,37	100,00	72,18	77,31	84,66	79,83	112,96
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	...	41,89	47,78	55,48	60,59	71,31	79,09	91,71	100,00	85,96	76,67	85,28	90,60	90,57
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,01	62,44	62,02	62,55	69,61	68,93	70,95	75,99	81,34	85,59	93,47	100,00	93,67	86,25	93,55	97,06	97,38

  

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)															
	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai./12	Jun./12	Jul./12	Ago./12
Combustíveis e lubrificantes	98,29	101,64	107,35	100,94	100,53	99,45	104,34	105,74	93,99	97,13	108,61	99,81	108,74	105,99	112,74	118,92
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	94,59	101,09	99,69	98,74	101,93	100,83	128,26	107,89	113,54	106,78	112,86	108,23	103,76	103,60	106,47	107,88
Hipermercados e supermercados	94,55	101,05	99,64	98,77	101,98	100,63	128,53	108,17	114,31	107,32	113,22	108,63	103,42	103,62	106,67	108,19
Tecidos, vestuário e calçados	97,95	92,28	94,46	94,23	93,57	94,84	168,03	100,42	91,20	77,57	98,04	103,27	118,29	109,98	101,15	103,87
Móveis e eletrodomésticos	85,60	96,53	98,20	98,01	97,17	105,96	154,87	106,18	124,19	97,91	110,13	98,71	110,77	104,50	99,06	104,14
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	97,97	100,71	103,11	100,09	104,34	106,44	131,30	117,25	107,85	101,95	123,03	112,84	122,23	120,23	122,41	127,46
Livros, jornais, revistas e papelaria	99,59	99,26	104,06	92,34	49,57	50,19	121,63	104,40	154,67	131,46	107,97	83,98	90,35	83,50	90,01	93,22
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	120,87	117,44	117,81	120,06	89,64	96,74	110,50	88,99	78,16	71,77	95,72	93,79	92,65	79,37	96,50	103,96
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	94,22	95,11	101,57	85,70	100,99	102,77	190,56	108,86	106,08	88,76	105,01	112,39	117,90	113,14	112,88	114,72
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	94,79	99,82	100,81	98,42	99,47	101,11	137,68	106,89	109,03	99,93	110,25	105,48	108,19	105,50	106,90	109,86

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2012

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																					
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan/11
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4	131,6	150,3	160,9	149,7
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8	117,4	87,0
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4	141,6	128,2
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1	87,1	77,8
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,3	140,8	148,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0	422,8	748,1
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7	102,8	93,1
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9	68,5	70,8
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	122,5	129,1	134,8	124,7
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7	133,8	124,0
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5	132,8	118,3
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5	171,0	146,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	130,9	149,1	115,8
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2	409,4	275,5
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6	102,7	100,8

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																				
	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Maior/11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Maior/12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	
Indústria de transformação	135,7	153,4	142,3	154,7	164,5	169,4	185,2	161,7	167,0	172,5	174,2	157,1	157,3	137,6	176,5	145,7	163,8	152,3	158,3	165,3	
Alimentos	91,6	109,1	114,1	133,5	132,6	136,0	130,2	138,5	125,9	112,2	97,9	119,0	90,7	96,0	114,0	113,2	136,6	125,1	136,1	140,2	
Bebidas	124,0	141,5	137,1	130,7	108,4	118,8	148,2	148,5	167,1	171,3	175,6	131,1	131,2	135,3	147,7	135,6	123,5	107,4	113,9	154,2	
Madeira	74,3	83,4	79,6	82,4	82,1	95,8	95,5	97,2	99,4	98,8	79,7	98,6	96,8	90,0	102,3	91,7	103,3	90,9	103,3	110,7	
Celulose, papel e produtos de papel	135,1	152,2	140,3	146,4	104,5	145,4	140,3	144,0	143,7	138,8	151,1	138,8	148,0	133,5	149,4	138,6	139,2	109,0	145,0	148,0	
Edição, impressão e reprodução de gravações	153,1	389,8	187,3	172,9	484,6	388,3	642,8	282,9	363,2	499,8	761,0	439,9	993,1	346,3	737,3	313,7	351,9	341,2	226,2	209,5	
Refino de petróleo e álcool	81,4	82,7	102,2	115,1	109,0	109,3	117,3	111,3	107,1	109,3	95,6	106,0	96,2	95,2	97,3	101,0	118,6	107,6	109,6	122,7	
Outros produtos químicos	72,4	54,5	58,9	78,4	79,5	79,9	62,6	69,7	68,3	66,6	60,9	59,5	70,5	52,7	48,0	46,4	66,4	59,1	75,0	58,1	
Borracha e plástico	125,9	139,5	126,3	132,6	137,6	139,7	143,0	145,4	137,4	139,9	125,4	135,5	135,3	123,2	140,2	131,6	148,0	130,2	136,8	138,8	
Minerais não metálicos	124,7	136,1	134,1	140,8	135,6	137,5	135,9	135,5	140,8	132,4	128,4	128,8	119,2	128,3	133,8	119,6	133,7	122,9	132,1	141,1	
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	119,8	132,9	130,1	143,6	133,2	136,5	142,5	139,0	133,5	136,3	127,7	134,3	120,8	124,8	138,1	134,1	144,1	133,5	138,5	140,6	
Máquinas e equipamentos	179,9	203,8	155,3	183,8	177,6	145,6	162,7	155,3	186,3	179,1	176,9	169,8	193,8	152,8	180,1	167,8	188,2	176,0	129,3	170,6	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	153,0	151,1	117,2	175,3	169,6	169,7	160,2	147,7	150,7	159,0	120,3	146,1	115,1	134,8	163,1	124,9	151,1	178,1	148,5	153,1	
Veículos automotores	384,8	369,9	378,4	378,0	396,2	459,6	500,6	410,3	436,2	472,2	450,5	359,9	174,9	315,6	421,7	350,2	375,4	366,4	437,4	437,3	
Mobiliário	103,8	93,7	85,1	98,1	95,9	102,2	112,4	110,8	109,7	113,7	106,3	104,9	91,2	93,5	106,7	95,5	106,5	107,8	112,3	126,0	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2012

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11	Jun./11
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	109,9	104,2	105,5	107,4	108,8	111,0	111,6
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	66,8	68,4	67,9	66,6	66,7	67,8	67,4
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	110,4	104,7	106,0	107,9	109,4	111,6	112,1
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	173,3	152,2	155,0	161,8	168,6	177,9	181,6
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	178,6	205,7	278,4	293,5	302,4	279,9	172,8
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	87,5	84,6	85,8	86,3	87,3	87,4	87,2
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	88,3	87,8	91,6	89,7	88,5	89,7	88,2
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	92,0	89,9	91,0	91,5	91,7	95,9	92,6
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	30,7	31,9	31,2	31,6	31,5	30,7	30,3
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	134,6	134,1	132,8	133,7	133,1	132,4	135,8
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	217,7	180,3	185,2	218,9	224,8	230,7	231,8
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	101,2	100,7	99,4	97,4	97,8	100,0	100,5
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	80,1	77,9	78,6	81,5	80,9	81,1	78,7
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	131,4	126,6	127,5	128,1	126,8	129,0	132,3
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	85,1	82,2	82,9	83,7	84,1	83,9	84,5
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	121,1	123,1	127,3	124,7	123,2	127,7	129,8
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	157,7	166,1	164,1	164,9	161,5	159,5	157,2
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	146,5	121,3	124,3	128,7	133,2	139,0	139,9
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	168,6	159,2	160,1	162,7	165,9	168,0	168,9
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	67,8	63,4	64,0	65,9	69,0	68,9	69,3

  

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai./12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	
Indústria geral	111,8	112,2	112,4	112,8	111,5	109,2	112,3	109,0	110,1	111,1	113,5	113,7	113,8	113,6	113,9	
Indústrias extrativas	65,9	66,4	68,2	66,8	65,7	64,1	65,6	66,6	65,9	66,3	65,3	66,0	64,8	64,8	64,7	
Indústria de transformação	112,4	112,7	113,0	113,3	112,0	109,8	112,9	109,6	110,7	111,6	114,1	114,3	114,4	114,3	114,6	
Alimentos e bebidas	182,3	181,8	183,2	182,4	178,5	174,5	184,7	172,2	174,7	176,0	187,8	188,7	191,6	192,8	193,5	
Fumo	100,4	98,2	93,2	101,6	106,8	110,8	218,1	215,1	247,7	301,6	295,7	251,9	222,8	104,8	104,8	
Têxtil	86,6	86,1	88,7	89,9	91,9	88,8	96,0	92,7	94,6	94,8	97,1	96,9	96,1	98,0	97,6	
Vestuário	88,7	89,3	89,1	87,6	86,4	83,5	74,9	80,6	78,4	76,0	73,8	73,5	72,5	72,0	72,7	
Calçados e couro	95,8	93,1	91,1	90,9	89,3	90,7	85,6	91,1	88,6	84,8	85,6	85,8	84,2	82,6	82,2	
Madeira	30,4	30,2	30,2	30,4	29,9	29,7	29,8	29,3	29,6	29,5	29,4	29,5	30,0	30,4	30,6	
Papel e gráfica	137,5	134,9	135,0	135,2	135,9	135,1	130,3	135,5	134,5	131,2	130,0	127,9	127,6	128,5	127,4	
Refino de petróleo e combustíveis	237,9	232,3	232,0	229,4	214,4	194,7	230,6	201,0	204,6	216,9	243,7	246,6	246,0	243,4	242,4	
Produtos químicos	102,9	103,3	104,2	103,4	102,8	101,8	111,6	106,6	108,6	109,4	111,3	112,8	114,0	114,8	115,4	
Borracha e plástico	79,3	79,7	80,7	81,3	81,9	79,4	78,4	78,8	78,0	80,4	79,9	78,0	76,5	77,5	78,2	
Minerais não-metálicos	132,2	132,4	133,1	136,3	136,0	136,1	140,5	136,2	140,4	142,0	141,8	141,1	139,4	140,6	142,7	
Metalurgia básica	84,1	84,8	85,9	88,2	88,6	88,4	89,9	88,9	89,3	89,9	90,7	90,1	90,7	89,9	89,7	
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	125,7	121,4	113,1	114,2	112,9	110,5	122,9	110,9	123,9	125,3	126,6	126,8	123,3	124,0	122,7	
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	152,0	152,5	151,9	155,4	155,3	152,6	154,9	155,7	154,8	154,8	155,3	155,2	154,1	154,1	155,3	
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	142,1	160,3	164,0	170,5	169,6	165,5	180,5	160,8	163,3	176,9	184,3	191,1	193,1	188,3	186,1	
Fabricação de meios de transporte	172,0	172,5	173,3	175,6	174,4	170,2	173,2	171,4	170,9	174,6	174,0	173,6	174,3	172,5	174,6	
Fabricação de outros produtos	69,5	69,3	70,3	69,2	67,7	67,2	67,5	67,5	67,4	67,7	68,2	68,6	68,0	66,4	66,5	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2012

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
jan. - set. 2012	30 106	13 061	20 613	47 264	7 041	-	118 085

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2011

ANO	PARANÁ <sup>(1)</sup>		BRASIL <sup>(1)</sup>	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010 <sup>(3)</sup>	226 071	8,30	3 770 085	7,50
2011 <sup>(3)</sup>	251 579	4,00	4 143 013	2,70

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

